

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8039511-14.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma PACIENTE: LUCIANA LARANJEIRA DE OLIVEIRA e outros Advogado (s): ROBERIO LIMA DO NASCIMENTO IMPETRADO: JUÍZO DA VARA CRIME DA COMARCA DE RUY BARBOSA-BA Advogado (s): HABEAS CORPUS. Tráfico de drogas. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO para oferecimento da denúncia. Inquérito policial sequer finalizado. paciente gestante e que possui filho com menos de dois anos de idade. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. LIMINAR RATIFICADA, A FIM DE CONCEDER A ORDEM, MEDIANTE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. 1. Como cedo, o excesso de prazo deve ser observado, imprescindivelmente, sob a ótica do princípio da razoabilidade, não se ponderando mera soma aritmética de tempo para os atos processuais, razão pela qual torna-se essencial o exame segundo as especificidades de cada caso concreto. 2. Sem maiores digressões, a liminar pleiteada na presente ação autônoma de impugnação foi anteriormente concedida, considerando o indubitável excesso de prazo na instrução criminal, aliado às circunstâncias específicas do caso concreto. Com efeito, embora a Paciente estivesse custodiada por mais de 42 (quarenta e dois) dias, sequer o inquérito policial houvera sido enviado à Justiça. 3. É de bom alvitre ressaltar, como bem pontuado na decisão de liminar, a situação da Paciente “apresenta condição especial por estar gestante e possuir filho de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de idade, circunstâncias que, por si sós, demandam uma atenção especial ao feito. Entretanto, constata-se, de plano, nos autos de origem n. 8000741-74.2024.8.05.0218 que, até a presente data, sequer foi enviado o Inquérito Policial à Justiça (ID. 448510221)”. 4. Registre-se, ainda, que a Autoridade Coatora, quando da prestação dos informes, esclareceu que a situação processual continua inalterada, razão pela qual a referida decisão de liminar deve ser ratificada. 5. Ante o exposto, e na esteira da manifestação da Procuradoria de Justiça, vota-se pela CONCESSÃO DA ORDEM DE HABEAS CORPUS, mediante a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319, I, II, IV e V, da Lei Adjetiva Penal, ratificando, portanto, a liminar anteriormente concedida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº. 8039511-14.2024.8.05.0000, em que figura como Paciente LUCIANA LARANJEIRA DE OLIVEIRA e, como autoridade coatora, o MM. Juízo da Vara Criminal da Comarca de Ruy Barbosa. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Turma da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em CONCEDER A ORDEM DE HABEAS CORPUS, mediante a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319, I, II, IV e V, da Lei Adjetiva Penal, ratificando, portanto, a liminar anteriormente concedida. DES. ABELARDO PAULO DA MATTA NETO RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Concedido Por Unanimidade Salvador, 30 de Julho de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8039511-14.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma PACIENTE: LUCIANA LARANJEIRA DE OLIVEIRA e outros Advogado (s): ROBERIO LIMA DO NASCIMENTO IMPETRADO: JUÍZO DA VARA CRIME DA COMARCA DE RUY BARBOSA-BA Advogado (s): RELATÓRIO Trata-se de Ordem de Habeas Corpus Liberatório, com pedido de liminar, impetrado em favor de LUCIANA LARANJEIRA OLIVEIRA, que se diz ilegalmente reclusa por ato emanado do MM. Juízo da Vara Criminal da Comarca de Ruy Barbosa, acoimado coator. Consta da peça inicial, em síntese, que a Paciente foi

presa em flagrante no dia 07 de maio de 2024, por suposta violação ao comando normativo insculpido no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006. Empós, em 08 de maio de 2024, consubstanciado na necessidade da garantia da ordem pública, o Juízo a quo converteu a prisão em preventiva. Sucede que, conforme alega o nobre causídico, inobstante a Paciente encontrar-se reclusa há mais de 42 (quarenta e dois) dias, o Ministério Público, até a presente data, sequer ofereceu a imprescindível peça incoativa, ferindo, assim, o quanto preceituado no art. 46 da Lei Adjetiva Penal, o que, por si só, configura constrangimento ilegal. Por outro lado, alega que a constrictada possui filho de um ano e seis meses de idade, bem como que se encontra gestante, razão pela qual sustenta fazer jus à prisão domiciliar. Por fim, suplica pela extirpação da ilegalidade vivenciada, encartando, para robustecer o pleito, os documentos anexados no id. 64237584. Em análise perfunctória, foi deferida a liminar, por este Signatário, a fim de conceder liberdade provisória à Paciente, mediante imposição de medidas cautelares alternativas. (Id. 64331229). O informe judicial foi acostado aos autos (id 64431077). Manifestação da Procuradoria de Justiça, DOC 64720540, pela concessão da ordem, a fim de que seja ratificada a liminar deferida. É o relatório. Des. Abelardo Paulo da Matta Neto – 1ª Câmara Crime 2ª Turma Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8039511-14.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 2ª Turma PACIENTE: LUCIANA LARANJEIRA DE OLIVEIRA e outros Advogado (s): ROBERIO LIMA DO NASCIMENTO IMPETRADO: JUÍZO DA VARA CRIME DA COMARCA DE RUY BARBOSA-BA Advogado (s): VOTO Ao exame do caderno processual, deflui-se cuidar-se de impetração voltada à desconstituição de prisão preventiva, sob o fundamento de excesso de prazo para oferecimento da denúncia, bem como pelo fato de a Paciente encontrar-se grávida e possuir filho com menos de dois anos de idade. Razão assiste à Defesa. Sem maiores digressões, a liminar pleiteada na presente ação autônoma de impugnação foi anteriormente concedida, considerando o indubitável excesso de prazo na instrução criminal, aliado às circunstâncias específicas do caso concreto. Com efeito, embora a Paciente estivesse custodiada por mais de 42 (quarenta e dois) dias, sequer o inquérito policial houvera sido enviado à Justiça. É de bom alvitre ressaltar, como bem pontuado na decisão de liminar, a situação da Paciente “apresenta condição especial por estar gestante e possuir filho de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de idade, circunstâncias que, por si só, demandam uma atenção especial ao feito. Entretanto, constata-se, de plano, nos autos de origem n. 8000741-74.2024.8.05.0218 que, até a presente data, sequer foi enviado o Inquérito Policial à Justiça (ID. 448510221)”. Registre-se, ainda, que a Autoridade Coatora, quando da prestação dos informes, esclareceu que a situação processual continua inalterada, razão pela qual a referida decisão de liminar deve ser ratificada. Trazemos à luz, portanto, o seu ter: “É, no essencial, o relatório. É sabido que a concessão de liminar, em sede de habeas corpus, pressupõe a comprovação imediata de ilegalidade, cerceadora do status libertatis do indivíduo. Nessa linha intelectual, leciona Guilherme Nucci: “A possibilidade de concessão de liminar em habeas corpus, viabilizando a pronta cessação do constrangimento apontado pelo impetrante, não se encontra prevista em lei. Trata-se de criação jurisprudencial, hoje consagrada no âmbito de todos os tribunais brasileiros”. (NUCCI, Guilherme de Souza. Habeas Corpus, 2 ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 149) Razão assiste à Defesa. Sem maiores digressões, como consabido, a configuração de constrangimento ilegal por

excesso de prazo não é vinculada a critérios matemáticos de hígida e imutável observância, devendo, ao revés, se amoldar às peculiaridades de cada feito, em liame de estrito respeito aos ditames da razoabilidade para a prática dos atos processuais, somente se materializando quando operada desidiosa letargia na marcha processual. Na lição de Paulo Bonavides: “O ato judicial, para importar em violação do direito fundamental, deve gerar demora injustificada. A injustificativa é imanente ao ato comissivo ou equivocado – que determina a utilização de uma técnica processual em lugar de outra.” (Sem grifos no original. Bonavides, Paulo; Miranda, Jorge; Agra, Walber de Moura Agra. Comentários à Constituição Federal de 1988. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2009, págs. 315 e 325). No caso sub judice, depreende-se dos autos que a Paciente foi presa em flagrante no dia 07 de maio de 2024, por suposta violação ao comando normativo insculpido no art. 33, caput, da Lei 11.343/2006. Empós, em 08 de maio de 2024, consubstanciado na necessidade da garantia da ordem pública, o Juízo a quo converteu a prisão em preventiva. Ocorre que, no caso em concreto, a situação Paciente apresenta condição especial por estar gestante e possuir filho de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de idade, circunstâncias que, por si sós, demandam uma atenção especial ao feito. Entretanto, constata-se, de plano, nos autos de origem n. 8000741-74.2024.8.05.0218 que, até a presente data, sequer foi enviado o Inquérito Policial à Justiça (ID. 448510221). Portanto, inobstante a Paciente, gestante e genitora de filho menor de 01 ano e 06 meses, encontrar-se a disposição da justiça por cerca de 42 (quarenta e dois) dias, inexiste perspectiva de quando será encerrada a investigação criminal e deflagrada a ação penal, o que evidencia manifesta situação de ilegalidade, dada a extrapolação injustificada dos prazos estabelecidos no art. 51 da Lei 11.343/2006. É cediço que o recluso não pode arcar pela desídia a que não deu azo, nem ser penalizado pela estrutura deficitária da máquina estatal, sendo forçoso reconhecer o constrangimento ilegal suscitado. Assim sendo, considerando-se a situação prisional da Paciente, o tempo de investigação e a imprevisão da sua conclusão, tem-se por decorrido desarrazoado excesso de prazo para deflagração da ação penal em detrimento da atual prisão cautelar, impondo-se o desfazimento do cerceamento ilegal, uma vez que nem sequer houve oferecimento da denúncia, logo, resta extrapolado os limites de razoabilidade. Ora, não se pode olvidar o fato de a duração razoável do processo ser garantia constitucional assegurada aos cidadãos. Nesse sentido, a orientação jurisprudencial: HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO, SEQUESTRO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL. PACIENTE PRESO. ART. 10, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EXISTENTE. LIMINAR DEFERIDA. ORDEM CONCEDIDA. 1." Os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento do excesso deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso e suas particularidades "(HC 617.975/PB, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 18/12/2020). 2. A despeito das peculiaridades do caso concreto apontadas pelas instâncias ordinárias (busca domiciliar, pluralidade de investigados e extração e análise dos dados dos celulares apreendidos), constata-se que há tempos restou superado o prazo parâmetro para a manutenção da prisão preventiva, previsto no art. 10 do Código de Processo Penal. Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau deferiu, por três vezes, a prorrogação do prazo para a conclusão do inquérito policial e, consoante informações prestadas, não há notícia acerca do cumprimento

integral das diligências deferidas no feito, ou seja, nem mesmo há previsão de quando será oferecida a denúncia, sendo certo que, na data em que deferido o pedido liminar, o Paciente estava preso preventivamente há mais de 117 (cento e dezessete) dias, o que demonstra o excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial. 3. Ordem de habeas corpus concedida para, confirmando a liminar, determinar a soltura do Paciente, se por outro motivo não estiver preso, com aplicação (em razão da gravidade concreta da conduta e do risco de reiteração delitiva) das medidas cautelares previstas nos incisos I (atendimento aos chamamentos judiciais); III (proibição de manter contato com qualquer pessoa envolvida nos fatos, especialmente os demais Investigados); IV (proibição de se ausentar da comarca sem prévia autorização judicial); e V (recolhimento domiciliar no período noturno e nos períodos de folga) do art. 319 do Código de Processo Penal.(STJ – HC: 643170 RN 2021/0031679-0, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 16/03/2021, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/03/2021)"HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. OCORRÊNCIA. ORDEM CONCEDIDA. [...] 2. Os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento do excesso deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso e suas particularidades. 3. Constata-se desídia na condução da causa, a ensejar a intervenção deste órgão colegiado, pois, na espécie, o paciente está preso desde 17 de junho do corrente ano, sem que tenha sido formalizada a acusação em seu desfavor, lapso muito além do prazo previsto no art. 35, caput, da Lei n. 11.343/2006, situação flagrantemente ilegal. 4. O impetrante também aponta que houve, em 1º de setembro, a prorrogação, por mais 30 dias, do prazo para conclusão do inquérito policial, contudo 'os autos ainda não foram remetidos para a Delegacia de Polícia, conforme se vê da movimentação processual e parecer do ilustre representante do Ministério Público'. Conquanto haja o Desembargador relator destacado a ausência do fumus boni iuris para o reconhecimento do excesso de prazo, o que se verifica é que não há sequer perspectiva de data próxima para a apresentação da inicial acusatória. 5. Ordem concedida, confirmada a liminar, para substituir a prisão preventiva do paciente e do corréu indicado no voto pelas seguintes cautelares: a) proibição de se ausentar da comarca sem prévia autorização judicial e b) recolhimento domiciliar no período noturno, cujos horários serão estabelecidos pelo Juiz, sem prejuízo de outras medidas que o prudente arbítrio do Juízo natural da causa indicar cabíveis e adequadas, bem como de nova decretação da constrição preventiva se efetivamente demonstrada sua concreta necessidade."(HC 617.975/PB, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 18/12/2020; sem grifos no original.)"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. EXCESSO DE PRAZO NA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL. AUSÊNCIA DE INÉRCIA OU FALTA DE INTERESSE POR PARTE DA AUTORIDADE POLICIAL. NECESSIDADE DE CELERIDADE NA SUA CONCLUSÃO. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO PARA FIXAR O PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS PARA A CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES. 1. Salvo quando o investigado estiver preso cautelarmente, a inobservância do lapso previsto no artigo 10 do Código de Processo Penal para a conclusão do inquérito não possui repercussão prática, estando-se diante de prazo impróprio. Doutrina. Precedentes. [...] 3. Agravo regimental desprovido."(AgRg no RHC 124.661/CE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/04/2020, DJe 04/05/2020; sem grifos no

original.) Da Suprema Corte, confira-se o seguinte julgado:"HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA COM INDICAÇÃO PONTUAL DOS REQUISITOS. DESNECESSIDADE DE PROVA CABAL QUANTO À AUTORIA. EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO. RÉU SOLTU. ART. 10, CAPUT, DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. 1. O prazo de que trata o art. 10, caput, do Código de Processo Penal, é impróprio, não prevendo a lei qualquer consequência processual, máxime a preclusão, se a conclusão do inquérito ocorrer após trinta dias de sua instauração, estando solto o réu. 2. O tempo despendido para a conclusão do inquérito assume relevância para o fim de caracterizar constrangimento ilegal, apenas se o Paciente estiver preso no curso das investigações ou se o prazo prescricional tiver sido alcançado nesse interregno e, ainda assim, continuarem as investigações. [...] 6. Ordem denegada."(HC 107.382, Relatora CÂRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 26/04/2011, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-092 DIVULG 16-05-2011 PUBLIC 17-05-2011; sem grifos no original.) Entretanto, configurado o excesso de prazo para a formação da culpa, mas considerando que a decretação da medida cautelar foi consubstanciada para garantir a ordem pública, observa-se que a simples soltura da Paciente não se mostra apropriada, sendo mais adequado ao presente caso a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares diversas da prisão. Em razão disso, e à luz dos autos, impõe-se a aplicação das medidas cautelares previstas nos incisos I (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades, bem como manter seu endereço e contatos atualizados); II (proibição de frequentar bares, boates, shows e congêneres) e IV (proibição de ausentar-se da Comarca onde reside, exceto quando necessário o seu comparecimento no Juízo processante); V (recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos), todos do art. 319 da Lei Adjetiva Penal, todos do art. 319 da Lei Adjetiva Penal, a serem cumpridas no MM. Juízo de origem. É de bom alvitre salientar, por oportuno, que a prisão preventiva, assim como as demais medidas cautelares do artigo 319 do CPP, submetem-se à cláusula rebus sic stantibus, não sendo, desse modo, imutável, mas condicionada aos motivos ensejadores da medida, conforme preceitua o artigo 316 da Lei Adjetiva Penal. Diante de tais fatos, é possível a sua revogação ou mesmo a sua decretação, caso alterado o contexto fático processual. Ex positis, atento às peculiaridades inicialmente apresentadas no feito, e sem prejuízo de ulterior alcance de posicionamento diverso acerca do mérito, em análise colegiada natural pela Segunda Turma da Primeira Câmara Criminal desta Corte de Justiça, a concessão parcial da liminar é providência imperativa, a fim de substituir a prisão preventiva da Paciente, mediante a imposição das medidas alternativas previstas no art. 319, I, II, IV e V, da Lei Adjetiva Penal. Requisitem-se informações à Autoridade indigitada coatora, para que as preste no prazo de 05 (cinco) dias, comunicando-a do deferimento parcial da presente. Após, sigam os autos ao Parquet, para pronunciamento conclusivo, em observância ao art. 53, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Os informes requestados podem ser enviados por meio eletrônico, através do e-mail institucional 1camaracriminal@tjba.jus.br, ou à Secretaria da Primeira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, via fax, através do número (71) 3372-5336. Confere-se a esta decisão força de ALVARÁ DE SOLTURA, a ser prontamente cumprido, salvo se por outra razão estiver a Paciente custodiada". (Grifamos) Por derradeiro, coadunando com o quanto aqui aduzido, assim se

manifestou a douta Procuradoria de Justiça (Doc. 64720540): “Em que pese o exposto, os autos do presente writ demonstram que a Paciente é genitora de Pedro Levy Laranjeira de Oliveira, que conta com menos de 02 (dois) anos (ID 64237588), além de se encontrar gestante, conforme relatório médico de ID 64237586. Nesse sentido, corretamente destacou a E. Relatoria, ao conceder a liminar: (...) Ante o exposto, o parecer, smj, pela concessão da ordem impetrada, em confirmação da ordem liminar anteriormente deferida”. Ante o exposto, e na esteira da manifestação da Procuradoria de Justiça, vota-se pela CONCESSÃO DA ORDEM DE HABEAS CORPUS, mediante a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319, I, II, IV e V, da Lei Adjetiva Penal, ratificando, portanto, a liminar anteriormente concedida. Comunique-se, com urgência, à autoridade coatora. É o voto. Des. Abelardo Paulo da Matta Neto Relator